



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.S.as as Informações financeiras individuais e consolidadas do semestre encerrado em 30 de Junho de 2012 do Banco ABC Brasil S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.
 O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte. Possui uma das mais diversificadas carteiras de clientes entre os bancos médios, que abraça empresas de médio a grande porte. Conta com um amplo portfólio de produtos, ágil processo decisório e profunda expertise na análise de crédito, o que lhe possibilita auferir resultados consistentes com índices de perda notadamente baixos. É um dos únicos bancos brasileiros de porte médio a contar com controle internacional e autonomia local. Desde o início de suas atividades, em 1989, o Banco ABC Brasil S.A. construiu uma base de clientes sólida, oferecendo a eles produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados às suas necessidades específicas. Dessa maneira, o banco está apto a concorrer, com vantagens expressivas, no nicho de mercado em que atua. O suporte operacional e financeiro do acionista controlador, Arab Banking Corporation, em conjunto com o conhecimento do mercado brasileiro garante ao Banco ABC Brasil S.A. a mais alta classificação de risco entre os bancos médios de capital aberto conferida pela Standard & Poor's Ratings Services, equivalente a "brAAA-" em escala nacional e "BBB-" em escala global, pela Moody's Investors Services, equivalente a "Aa1.br" em escala nacional e "Baa3" em escala global, e pela Fitch Ratings, equivalente a "AA-" na escala nacional e "BB+" em escala global. O Banco ABC Brasil S.A. (ABCBA) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

ESTRUTURA ACIONÁRIA
 A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. em 30 de junho de 2012 era a seguinte: Arab Banking Corporation (57,3%); Mercado (33,5%); Administradores e Conselheiros (7,9%) e Tesouraria (1,3%).

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS
 O Banco ABC Brasil S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 111,9 milhões no primeiro semestre de 2012 (R\$ 116,9 no mesmo período de 2011), representando uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 14,6% no período (16,4% no primeiro semestre de 2011). A variação do lucro líquido do banco em relação ao mesmo período do ano anterior decorreu principalmente da linha de despesas com provisões para devedores duvidosos. Foi destinado aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto total de R\$ 44,2 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,33 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao primeiro semestre de 2012.

CARTEIRA DE CRÉDITO
 A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 14.402,1 milhões no final do primeiro semestre de 2012 (R\$ 12.234,8 milhões ao final do mesmo período de 2011). Ao final do semestre, a carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados de AA-C em relação à carteira total de créditos de 97,5% (98,1% ao final do primeiro semestre de 2011). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 2,0% do total da carteira ao final do primeiro semestre de 2012 (1,7% ao final do primeiro semestre de 2011).

CVM 381/03
 Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo Auditor

Independente, o Banco ABC Brasil S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
 O Banco ABC Brasil S.A. não possui em suas demonstrações financeiras (individual e consolidado) títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM
 O Banco ABC Brasil S.A. está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

GESTÃO DE RISCO
1) Risco corporativo
 O Banco ABC Brasil S.A. entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantém estruturas específicas visando atender às Resoluções nºs 3.380, 3.464 e 3.721 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado e crédito, respectivamente. A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito e na Auditoria. A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de comitês internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada, outros comitês operacionais como o Comitê de Crédito e Comitê Financeiro. O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim. A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

2) Risco operacional
 O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da Área Jurídica. A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional; e 3) a Auditoria Interna. Esta última monitora as áreas de negócios ou de suporte, bem como aquelas de controle e gestão de risco.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.
3) Risco de mercado e liquidez
 A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida, utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros. A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descausamentos entre entradas e saídas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte. A Área de Gestão de Riscos por informações diárias à Administração, à Tesouraria, e a membros do Comitê Financeiro, além de elaborar relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado e na criação de novos produtos ou atividades.

4) Risco de crédito
 O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar duas estruturas independentes para a análise e concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficaz e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas. A aprovação das linhas é de responsabilidade dos Comitês de Crédito para os clientes em geral e do Comitê Financeiro para os do setor financeiro, até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atribuída das Áreas de Crédito - Corporate e Middle-Market - no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte das Áreas Operacionais para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade. A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco do Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

5) Gestão de Capital
 A estrutura de gerenciamento de capital com base no plano anual de negócios do Banco abrange as áreas envolvidas na elaboração do plano e processo orçamentário (áreas comerciais, financeiras, administrativas e de controles) até a alta administração envolvida na análise e aprovação final do plano e no acompanhamento periódico de sua evolução. A gestão de capital é coordenada pela área de Planejamento e Controle Financeiro, responsável pelo plano anual de negócios, orçamento da instituição e acompanhamento da evolução dos negócios em relação ao resultado apurado em conjunto com a Controladoria. Cabe a área de Controle e Gestão de Riscos a avaliação e acompanhamento dos riscos identificados por meio de projeções e dados da carteira da instituição.

6) Risco de conformidade
 É de responsabilidade da Área de Compliance verificar o cumprimento das normas internas e das exigências dos legisladores e reguladores, além de garantir o bom funcionamento do sistema de controles internos. Adicionalmente, avalia e monitora a exposição do banco às práticas de lavagem de dinheiro, apoiando as Áreas de Negócios, que devem documentar e comprovar o conhecimento que têm sobre os clientes. São Paulo, 30 de junho de 2012

A ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Notas	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	651.575	520.405	659.259	528.704
	484.791	402.990	484.791	402.990
	138.520	102.598	146.022	110.897
	47.557	(8.339)	47.557	(8.339)
	(22.494)	23.156	(22.494)	23.156
	3.383	—	3.383	—
	(481.719)	(263.235)	(481.719)	(263.359)
	(335.051)	(178.485)	(335.051)	(178.485)
	(94.288)	(70.724)	(94.288)	(70.848)
	8	(52.291)	(14.026)	(52.291)
	(89)	—	(89)	—
	170.038	257.170	177.540	265.345
	(10.494)	(49.716)	(15.338)	(55.002)
	16	61.500	61.441	60.500
	(63.196)	(53.355)	(63.313)	(53.515)
	(18.208)	(20.262)	(18.433)	(20.519)
	10	4.638	4.976	—
	18	43.286	4.262	43.405
	19	(3.138)	(13.611)	(3.138)
	159.544	207.454	162.202	210.343
	(4.740)	(4.380)	(4.740)	(4.380)
	20	154.804	203.074	157.462
	(19.740)	(51.798)	(22.398)	(54.687)
	(34.702)	(36.454)	(36.499)	(38.370)
	(20.731)	(22.140)	(21.592)	(23.079)
	35.993	6.796	35.693	6.763
	(23.140)	(34.371)	(23.140)	(34.371)
	111.924	116.905	111.924	116.905
	133.861.639	ações (134.451.439 em 2011)	0,84	0,87
			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
 Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Notas	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	164.765	134.906	169.403	139.927
	111.924	116.905	111.924	116.905
	52.841	18.001	57.479	23.022
	2.896	2.408	2.896	2.453
	(4.638)	(4.976)	—	—
	900	92	900	92
	86	—	86	—
	3.754	4.289	3.754	4.289
	52.380	14.026	52.380	14.026
	(2.860)	2.406	(2.860)	2.406
	323	(244)	323	(244)
	(1.440.918)	72.635	(1.445.629)	67.630
	19.070	91.723	19.070	91.723



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Reserva legal	Equalização de dividendos	Recupera de ações				
1.004.400	671	51.580	228.148	70.000	(23)	—	1.347.918	
—	—	—	—	—	(244)	—	(244)	
—	—	—	—	—	—	116.905	116.905	
—	—	—	—	—	—	(40.335)	(40.335)	
—	—	5.845	—	—	—	(5.845)	—	
—	—	—	15.000	(15.000)	—	—	—	
1.004.400	671	57.425	243.148	55.000	(267)	—	1.424.244	
1.004.400	671	63.382	386.828	55.000	322	(10.997)	1.499.606	
—	—	—	—	—	323	—	323	
—	—	—	—	—	—	(1.600)	(1.600)	
—	—	—	—	—	—	111.924	111.924	
—	—	—	—	—	—	(44.482)	(44.482)	
—	—	5.596	—	—	—	(5.596)	—	
1.004.400	671	68.978	386.828	55.000	645	61.846	(12.597)	
							1.565.771	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Reserva legal	Equalização de dividendos	Recupera de ações				
1.004.400	671	51.580	228.148	70.000	(23)	—	1.347.918	
—	—	—	—	—	(244)	—	(244)	
—	—	—	—	—	—	116.905	116.905	
—	—	—	—	—	—	(40.335)	(40.335)	
—	—	5.845	—	—	—	(5.845)	—	
—	—	—	15.000	(15.000)	—	—	—	
1.004.400	671	57.425	243.148	55.000	(267)	—	1.424.244	
1.004.400	671	63.382	386.828	55.000	322	(10.997)	1.499.606	
—	—	—	—	—	323	—	323	
—	—	—	—	—	—	(1.600)	(1.600)	
—	—	—	—	—	—	111.924	111.924	
—	—	—	—	—	—	(44.482)	(44.482)	
—	—	5.596	—	—	—	(5.596)	—	
1.004.400	671	68.978	386.828	55.000	645	61.846	(12.597)	
							1.565.771	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 22).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E 1. Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação: As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 30 de junho de 2012 corresponde a aproximadamente 100%. As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 30 de junho de 2012. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Resolução nº 3.971/11 - Evento Subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações; e Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **11. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Efeitos de avaliação dos ativos:** As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do

ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos; As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício; As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa; As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa; As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil-econômica dos bens. O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilização para uso. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. **c) Critérios de avaliação dos passivos:** As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são

Apuração do valor adicionado
 Receitas
 Receitas da intermediação financeira
 Receitas de prestação de serviços
 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa
 Outras receitas operacionais
 Despesas de intermediação financeira
 Insumos adquiridos de terceiros
 Processamento de Dados e Telecomunicações
 Serviços de terceiros
 Serviços do sistema financeiro
 Serviços técnicos especializados
 Despesas de viagem
 Promoções e relações públicas
 Outras despesas operacionais
 Resultado não operacional
 Outras despesas administrativas
 Retenções
 Depreciação e amortização
 Valor adicionado líquido produzido
 Resultado de participação em controladas
 Valor adicionado total a distribuir
 Distribuição do valor adicionado
 Pessoal
 Remuneração direta
 Benefícios
 Encargos Sociais - FGTS
 Treinamento
 Participações nos Lucros
 Impostos, Taxas e Contribuições
 Federais
 Estaduais
 Municipais
 Remuneração de capitais de terceiros
 Aluguéis
 Remuneração dos acionistas
 Juros sobre o capital próprio
 Lucros retidos

Notas	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	704.104	571.141	711.726	579.613
	651.575	520.405	659.260	528.704
	61.441	60.500	61.441	60.500
	(52.380)	(14.026)	(



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. d) Hedge Accounting: Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior através de Instrumentos de Dívida Subordinada de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total (Hedge de Valor Justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado. A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. A variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada. Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os Instrumentos Financeiros Derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco. O valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na nota 5.b e 15.c, respectivamente. Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigados por instrumentos financeiros diversos (nota 5.b). e) Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo: Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados como circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. f) Apuração das receitas e despesas: As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária. g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment): É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilidade de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. i) Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e despesas temporariamente indedutíveis, foram computados utilizando as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro acima mencionadas. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (nota 20).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

Table with 2 columns: 2012, 2011. Rows: Disponibilidades, Aplicações financeiras de liquidez, Aplicações em moedas estrangeiras, Outras operações com vencimentos até 90 dias, Saldo de caixa e equivalentes de caixa.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais e de aplicações em moeda estrangeira, têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até maio de 2013.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários: A classificação dos títulos, em 30 de junho de 2012 e 2011, é demonstrada como segue:

Table with 8 columns: Banco, Mercado, Consolidado, Mercado, Banco, Mercado, Consolidado, Mercado. Rows: Títulos para negociação, Letras Financeiras do Tesouro, Eurobônus, Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B", Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A", Ações de Cias. abertas, Debêntures, Subtotal - Títulos para negociação, Títulos disponíveis para venda, Letras Financeiras do Tesouro, Eurobônus, Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B", Certificado de Depósitos Bancários, Cotas de Fundo em Direitos Creditórios, Debêntures, Nota Promissória, Cédula de Produtor Rural, Títulos públicos emitidos em outros países, Subtotal - Títulos disponíveis para venda, Total - 2012, Total - 2011.

Em 30 de junho de 2012, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam ganho líquido de R\$ 1.074 (R\$ 444 de perda líquida em 2011), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 645 (R\$ 267 em 2011). A composição da carteira em 30 de junho de 2012, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

Table with 8 columns: Banco, Até 1 mês, De 1 a 3 meses, De 3 a 6 meses, De 6 a 12 meses, De 1 a 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Rows: Títulos para negociação, Eurobônus, Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B", Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A", Ações de Cias. abertas, Debêntures, Subtotal - Títulos para negociação, Títulos disponíveis para venda, Letras Financeiras do Tesouro, Eurobônus, Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B", Certificado de Depósitos Bancários, Debêntures, Nota Promissória, Cédula de Produtor Rural, Títulos públicos emitidos em outros países, Subtotal - Títulos disponíveis para venda, Total - 2012, Total - 2011.

O Banco possui "Títulos vinculados à garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir:

Table with 6 columns: Banco, Valor de mercado, 2012, Valor de mercado, 2011. Rows: Tipo de operação, Captação de empréstimos, Derivativos - BMF e CBLC, Câmbio - BMF, Captações em Letras de crédito do agronegócio, Instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos: O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revisados, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta administração. A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica para períodos de um dia e nível de confiança de 99%. Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e na Bolsa de Valores de Chicago. A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado: - Futuros: cotações em Bolsas; - Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos; - Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA; - Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBOVESPA ou bolsas de referência. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

Table with 6 columns: Banco e consolidado, Valor referencial dos contratos, Custo - Valor a receber/receber (A pagar/pago), Ajuste ao valor de mercado, Valor de mercado, Valor referencial dos contratos, Valor de mercado. Rows: Contratos de futuros, Compromisso de compra, Mercado interfinanceiro, Moeda estrangeira, Outros, Compromisso de venda, Mercado interfinanceiro, Moeda estrangeira, Outros, Posição ativa, Contratos de "Swap", Mercado interfinanceiro, Moeda estrangeira, Outros, Contratos de opções, Compromisso de compra, Ativos financeiros, Compromisso de venda, Ativos financeiros, Outros instrumentos financeiros, Compra e venda de moeda a termo (NDF), Operações a termo, Outros.

Derivativos usados como "hedge" de valor justo

Table with 4 columns: Instrumento de "Hedge", Valor referencial dos contratos, Banco e consolidado, Valor de curva, Valor de mercado, Ajuste a mercado. Rows: Contratos de "Swap", Moeda estrangeira - Dólar, Objeto de "Hedge", Dívida Subordinada (nota 15.c), Moeda estrangeira - Dólar.

Derivativos usados como "hedge" de valor justo

Table with 4 columns: Instrumento de "Hedge", Valor referencial dos contratos, Banco e consolidado, Valor de curva, Valor de mercado, Ajuste a mercado. Rows: Contratos de "Swap", Moeda estrangeira - Dólar, Objeto de "Hedge", Dívida Subordinada (nota 15.c), Moeda estrangeira - Dólar.

Visando mitigar os riscos da operação de captação da dívida subordinada, a administração decidiu designar os instrumentos financeiros acima demonstrados para proteção cambial do valor do principal bem como do valor dos juros contratuais. Considerando que o fluxo financeiro (Principal e Juros) do item objeto de Hedge (Dívida Subordinada) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (Swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 30 de junho de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

Table with 10 columns: Banco e consolidado, 2012, Até 1 mês, De 1 a 3 meses, De 3 a 6 meses, De 6 a 12 meses, De 1 a 3 anos, Acima de 3 anos, Total, 2011, Total. Rows: Compensação, Contratos de futuros, Contratos de "Swap", Contratos de opção, Outros instrumentos financeiros, Total - 2012, Total - 2011, Posição ativa, Contratos de "Swap", Contratos de opção, Outros instrumentos financeiros, Total - 2012, Total - 2011, Posição passiva, Contratos de "Swap", Contratos de opção, Outros instrumentos financeiros, Total - 2012, Total - 2011.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostos:

Table with 6 columns: Banco e consolidado, 2012, Receita, Despesa, Líquido, Banco e consolidado, 2011, Receita, Despesa, Líquido. Rows: Swaps, Futuros, Opções, Compra/venda de moeda a termo (NDF), Total.

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros:

Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

Table with 4 columns: Cenário provável, Exposição, Cenário II, Cenário III. Rows: i) Taxa de Juros, Exposição líquida de Juros Pré - fixados (Fur1), Exposição líquida a Cupons de moeda (Fur2), Total da exposição a taxas de Juros (Nota 26), ii) Taxas de Câmbio, Total da exposição comprada a taxas de Câmbio.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

A composição do saldo da rubrica relações interfinanceiras em 30 de junho de 2012 e 2011, está assim demonstrada:

Table with 6 columns: Banco e consolidado, 2012, Repasses interfinanceiros, Compulsório - microfinanças, Outros, Banco e consolidado, 2011, Repasses interfinanceiros, Compulsório - microfinanças, Outros.

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

Table with 10 columns: Banco e consolidado, 2012, Intermediários financeiros, Indústria, Comércio, Serviços, Pessoas físicas, Setor público, Total, 2011, Total. Rows: Operações de crédito, Empréstimos, Financiamentos - BNDES/Finame, Financiamentos à exportação, Repasses de captação externa, Financiamentos em moeda estrangeira, Financiamento com intervenção, Conta garantida, Aquisição de direitos creditórios (a), Financiamentos rurais e agroindustriais, Outros financiamentos, Subtotal - Operações de crédito, Outros créditos, Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas (b), Títulos e créditos a receber, Outros, Subtotal - Outros créditos, Subtotal - Operações de crédito e outros créditos, Garantias prestadas e responsabilidades, Outros créditos, Créditos abertos para importação, Créditos de Exportação confirmados, Subtotal - Garantias prestadas e responsabilidades, Total - 2012, Total - 2011.

(a) Inclui saldo de R\$ 87.751 referente a créditos vinculados a operações adquiridas em cessão demonstradas em Outros créditos (nota 9.c). (b) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 610.484 (R\$ 517.931 em 2011), demonstrado como redutor de Outras Obrigações (nota 15.a) acrescido de R\$ 18.417 (R\$ 11.037 em 2011) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros Créditos (nota 9.a). (c) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Não são esperadas perdas nessas operações. Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

Table with 6 columns: Banco e consolidado, 2012, Até 1 mês, De 1 a 3 meses, De 3 a 6 meses, De 6 a 12 meses, De 1 a 3 anos, Acima de 3 anos, Vencidas a partir de 15 dias, Total. Rows: Operações de crédito, Outros créditos, Subtotal - Operações de crédito e outros créditos, Garantias prestadas e responsabilidades, Total - 2012, Total - 2011.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 foram realizadas operações de cessões de créditos, sem cobrança, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836/01 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 13.346 (R\$ 16.976 em 2011). O efeito dessas operações no resultado no semestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 462 (R\$ 204 em 2011). A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

Table with 6 columns: Banco e consolidado, 2012, Saldo, % sobre a carteira (1), % sobre o patrimônio líquido, Saldo, % sobre a carteira (1), % sobre o patrimônio líquido. Rows: Principal devedor, 10 maiores devedores, 20 maiores devedores, (1) total da carteira incluindo garantias prestadas e responsabilidades.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS

Em 30 de junho de 2012 e de 2011, a carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, estão assim distribuídos:

Table with 6 columns: Banco e consolidado, 2012, Total das operações, Provisão, Curso normal, Atraso, Total, Res. 2682, Nível de risco, Provisão, Total das operações, Provisão, Curso normal, Atraso, Total, Res. 2682. Rows: Nível de risco, AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Total, Nível de risco, AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Total.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011:


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Banco e consolidado			2011
	2012	2011		
Saldos no início do período				
Constituição	114.122	19.000	133.122	123.942
Classificados como resultados de exercícios futuros	37.480	14.811	52.291	14.026
Créditos compensados como prejuízo	-	(386)	(386)	342
Saldos no final do período	(8.935)	(2.259)	(11.194)	(12.041)
	142.667	31.166	173.833	126.269

Em 30 de junho de 2012, o saldo de créditos renegociados é de R\$ 183.880 (R\$ 72.809 em 2011) no Banco e consolidado, sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 80.553 (R\$ 14.573 em 2011). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no semestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 2.838 (R\$ 1.595 em 2011).

9. OUTROS CRÉDITOS
a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

	Banco e consolidado		2011
	2012	2011	
Câmbio comprado a liquidar - CCL	746.361	555.177	
Provisão sobre variação cambial de CCL	(790)		
Direitos sobre vendas de câmbio	313.568	126.504	
Adiantamentos recebidos	(6.909)	(2.920)	
Rendês a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	18.417	11.037	
Total	1.070.647	689.798	

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas. **c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:**

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Créditos tributários (nota 20)	116.261	66.966	116.280	67.443
Devedores por depósitos em garantia	64.498	48.274	72.507	56.059
Impostos e contribuições a compensar	19.614	21.942	20.418	22.675
Impostos e contribuições a recuperar	319	97	319	278
Títulos e créditos a receber	46.318	35.669	46.318	35.669
Valores a receber por venda de ações	3.537	6.526	3.537	6.526
Créditos vinculados a operações de cessão	87.751	-	87.751	-
Outros	6.914	1.216	6.949	1.252
Total	345.212	180.690	354.079	189.902

10. INVESTIMENTOS

	ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		ABC Brasil Administração e Participações Ltda.		2012		2011		
	2012	2011	2012	2011	Total	Total	Total	Total	
Capital social	-	-	55.632	-	55.632	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	68.559	65.374	-	133.933	68.559	65.374	123.886	65.374
Resultado do semestre	-	2.083	2.555	-	4.638	-	-	4.976	-
Nº de ações ordinárias possuídas	-	24.980.054	-	-	-	-	-	-	-
Nº de ações preferenciais possuídas	-	24.980.055	-	-	-	-	-	-	-
Nº de cotas possuídas	-	-	55.631.814	-	55.631.814	-	-	-	-
% de participação	-	100,00	99,99	-	99,99	-	-	-	-
Valor contábil	-	68.559	65.374	-	133.933	68.559	65.374	123.886	65.374
Equivalência patrimonial	-	2.083	2.555	-	4.638	-	-	4.976	-

11. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617 do Banco Central, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por benfeitorias em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticos e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

12. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas nominais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total
Depósitos à vista	121.192	-	-	-	121.192	214.971	120.998	214.864
Depósitos interfinanceiros	-	84.463	890.335	178.851	9.655	1.163.304	648.241	1.163.304
Depósitos a prazo	-	652.576	1.494.089	246.988	-	2.393.653	2.028.403	2.393.653
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	185.003	-	185.003
Total - 2012	121.192	737.039	2.384.424	425.839	9.655	3.678.149	2.028.403	3.677.955
Total - 2011	214.971	1.085.547	1.138.341	610.271	27.488	3.076.618	-	3.076.511

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado				2011	
	2012		2011		Total	Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	124.591	44.582	572	169.745	104.530	104.530
Letras de crédito do agronegócio	529.672	474.369	4.584	1.008.625	608.864	608.864
Letras financeiras	-	43.750	652.034	695.784	38.817	38.817
Total - 2012	654.263	562.701	657.190	1.874.154	-	-
Total - 2011	223.606	455.388	73.217	752.211	-	-

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e consolidado				2011	
	2012		2011		Total	Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Obrigações por empréstimos:						
- No exterior	669.299	1.239.704	6.133	-	1.915.136	1.635.778
Obrigações por repasses - Do País:						
- BNDES	471.493	349.630	263.255	114.821	1.199.199	1.375.360
- FINAME	76.616	221.422	507.754	257.978	1.063.770	855.531
- Outras instituições	1.563	14.566	-	-	16.129	10.038
Total - 2012	1.218.971	1.825.322	777.142	372.799	4.194.234	-
Total - 2011	882.492	1.761.559	859.188	373.468	3.876.707	-

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativas a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço. As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos calculados até a data do balanço.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) O saldo da carteira de câmbio está assim composto:

	Banco e consolidado		2011
	2012	2011	
Câmbio vendido a liquidar	334.272	127.849	
Obrigações por compra de câmbio	687.524	580.755	
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)	(610.484)	(517.931)	
Total	411.312	190.673	

b) O saldo de obrigações fiscais e previdenciárias está assim composto:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	36.913	59.709	39.570	62.562
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	297	272	592	544
Impostos e contribuições a recolher	101.719	102.381	106.942	107.606
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20)	46.047	21.295	46.051	21.295
Provisão para riscos cíveis e fiscais (Nota 24)	4.966	5.466	5.015	6.860
Total	189.942	189.123	198.170	198.867

c) Dívidas subordinadas: O Banco captou recursos no País, mediante a emissão de Certificados de Depósitos Bancários Subordinados, atualizados por 106,5% da variação do CDI, com vencimento em 2013, sendo tais depósitos aprovados pelo Banco Central do Brasil como elegíveis em Nível II do patrimônio de referência - PR. Em 30 de junho de 2012 o saldo desta rubrica foi de R\$ 8.024 (R\$ 7.205 em 2011). Em 8 de abril de 2010, o Banco ABC Brasil S.A. realizou captação de recursos mediante a emissão de Notas Subordinadas no exterior, no valor de US\$ 300 milhões, com vencimento em abril de 2020 e juros anuais de 7,875%, pagos semestralmente. Foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de abril de 2010 e nos termos da Resolução nº 3.444/07, os referidos instrumentos de dívida subordinada integraram o Patrimônio de Referência - Nível II da companhia pelo valor do principal atualizado da dívida contratada. O saldo das obrigações com tal emissão em 30 de junho de 2012 e 2011 é assim composto:

	Banco e consolidado		2011	
	2012	2011	2012	2011
Valor do principal líquido de juros e despesas de captação	598.430	461.390		
Despesa de captação diferida (1)	(8.433)	(9.526)		
Resultado do hedge accounting diferido	1.739	1.963		
Juros provisionados	10.877	8.401		
Subtotal	602.613	462.228		
Ajuste a valor de mercado ("Hedge Accounting") - notas 2.II.d e 5.b	58.656	(7.571)		
Total	661.269	454.657		

(1) A despesa de captação está sendo apropriada pró-rata dia, de acordo com o prazo da operação.

Em abril de 2011, o Banco ABC Brasil S.A. realizou captações de recursos mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação no valor de R\$ 15.406, sendo R\$ 10.000 com vencimento em 2021 e juros anuais de 8,6% e R\$ 5.406 com vencimento em 2017 e juros anuais de 9,1%. Em 29 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 3.444/07, as referidas letras financeiras passam a integrar o Patrimônio de referência - Nível II da companhia. Em 30 de junho de 2012 o saldo é de R\$ 18.160 (R\$ 15.890 em 2011).

d) O saldo de outras obrigações diversas está assim composto:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão para pagamentos a efetuar	41.464	50.677	41.514	50.721
Cretores diversos - País	3.695	3.146	3.695	3.146
Provisão para passivos contingentes	3.601	2.461	3.601	2.461
Valores a pagar	24	21	-	1
Total	48.784	56.305	48.810	56.329

16. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços, nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Rendidas de garantias prestadas	-	50.172	43.413	-
Rendidas de tarifas com operações de crédito	-	785	4.405	-
Rendidas de cobrança	-	3.985	5.446	-
Rendidas de tarifas bancárias	-	2.587	2.347	-
Rendidas de comissões e colocação de títulos	-	3.884	4.833	-
Rendidas de outros serviços	-	28	56	-
Total	-	61.441	60.500	-

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As outras despesas administrativas, nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviços de terceiros	2.446	2.539	2.296	2.419
Serviços do sistema financeiro	6.449	5.336	6.455	5.342
Aluguéis	4.344	3.855	4.344	3.855
Serviços técnicos especializados	3.402	4.937	3.425	4.962
Processamento de dados	3.364	2.748	3.364	2.748
Comunicações	1.781	1.477	1.812	1.504
Despesas de viagem	1.875	1.577	1.875	1.577
Depreciações e amortizações	2.896	2.408	2.896	2.453
Promoções e relações públicas	1.411	2.059	1.411	2.059
Contribuições filantrópicas	263	325	282	362
Transportes	931	874	931	874
Manutenção e conservação de bens	1.007	803	1.007	803
Outras	634	485	634	485
Total	4.514	2.803	4.568	2.850
Total	35.317	32.226	35.300	32.293

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Juros e atualização monetária de ativos	3.589	2.869	3.692	2.993
Reversão de provisão	2.860	-	2.860	-
Recuperação de encargos e despesas	267	135	267	135
Variação cambial	33.741	-	33.741	-
Outras	2.829	1.258	2.845	1.307
Total	43.286	4.262	43.405	4.435

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais, nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Variação cambial	-	7.332	-	7.332
Constituição de provisões	-	2.406	-	2.406
Comissões vinculadas a operações	1.016	1.060	1.016	1.060
Descontos concedidos	1.721	331	1.721	331



ABC BRASIL
ARAB BANKING
CORPORATION

BANCO ABC BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 28.195.667/0001-06
www.abcbrazil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Data da deliberação

29/06/2012
Total - 2012
31/03/2011
30/06/2011
Total - 2011

Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
44.174	17.670
44.174	17.670
18.823	7.529
20.168	8.067
38.991	15.596

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

c) Proposta de aumento de capital: Em 29 de junho de 2012, o Conselho de Administração deliberou sobre proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 44.174, que representa um valor bruto de R\$ 0,33 por cada ação ordinária e cada ação preferencial deliberando também sobre aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 37.500 correspondente à emissão de até 4.768.160 novas ações nominativas, sendo 2.415.828 ações ordinárias e 2.352.332 ações preferenciais, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio distribuídos ou em moeda corrente nacional. O preço de emissão por ação (ordinária e preferencial) será de R\$ 7,864668, fixado com base na média ponderada das cotações das ações preferenciais no mercado nos últimos 10 pregões anteriores a 29 de junho de 2012, com aplicação de deságio de 20%. A utilização da cotação de mercado das ações preferenciais como critério para determinação do preço de emissão tanto de ações preferenciais quanto das ações ordinárias decorre do fato das ações ordinárias não possuírem liquidez. Cada acionista poderá subscrever 3,562006% sobre a posição acionária que possuir, na respectiva classe (ordinária e preferencial), em 02 de julho de 2012 e poderão exercer seu direito de preferência na subscrição de ações ordinárias e/ou preferenciais, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que as negociações com ações realizadas a partir de 03 de julho de 2012 serão consideradas sem direito ao referido direito de preferência, ou seja, serão negociadas ex-subscrição. Transcorrido o prazo de subscrições e havendo eventuais sobras, essas serão rateadas entre os acionistas que houverem manifestado no boletim de subscrição intenção de participar das mesmas, proporcionalmente às respectivas subscrições no aumento de capital. O período adicional para subscrição de sobras compreenderá o intervalo de 07 de agosto de 2012 a 13 de agosto de 2012. Havendo sobras após o rateio encerrado dia 13 de agosto de 2012, essas sobras serão vendidas em Bolsa. Considerando que os acionistas poderão utilizar o crédito do JCP para subscrição de novas ações, o pagamento do JCP deliberado ocorrerá após o término do prazo para subscrição, dia 09 de agosto de 2012. Caso a subscrição alcance o limite mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor total do aumento, o mesmo poderá ser homologado em nova reunião do Conselho de Administração. Nessa hipótese as ações não subscritas (após o leilão em bolsa) serão canceladas. **d) Destinação dos lucros: i) Reserva de lucros - equalização de dividendos:** Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas. **ii) Reserva de lucros - recompra de ações:** A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência. **iii) Destinação dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2011:** Em 30 de abril de 2012, a Assembleia de Acionistas aprovou proposta do Conselho de Administração sobre destinação dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2011, mantendo o valor total proposto para retenção de lucros (reserva legal e reserva de equalização de dividendos) e destinando R\$ 11.802 para Reserva Legal de Lucros, R\$ 143.680 para Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos. **e) Ações em tesouraria:** Em 09 de setembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 3.803.483 ações preferenciais de emissão própria, com o objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. A aquisição das ações terá por finalidade a permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o artigo 19, alínea "m", do Estatuto Social e Instrução CVM nº 10/80, alterada pelas Instruções CVM nº 268/97 e nº 390/03. No semestre foram recompradas 151.900 ações preferenciais, totalizando 1.782.601 ações em tesouraria. Em 30 de junho de 2012 o valor total das ações em tesouraria é de R\$ 12.597 (R\$ 6.858 em 2011).

26. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2012 é de 14,21% (15,39% em 2011). O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE pela nova forma de cálculo:

	2012	2011
Risco de crédito	1.594.386	1.270.559
Taxa de juros	14.282	8.234
Commodities	6.202	-
Risco operacional	72.540	69.258
Ações	339	36
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.687.749	1.348.087
Patrimônio de Referência - PR	2.180.777	1.886.408
Excesso de patrimônio em relação ao limite	493.028	538.321

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo. O total de ativos mitigados por acordo de compensação em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 426.854 (R\$ 427.614 em 2011).

28. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO ENTRE BRGAAP E IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011.

Patrimônio líquido em BRGAAP

	2012	2011
Ajustes IFRS líquido dos impostos:	1.565.771	1.424.244
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a 50.933	35.138
Patrimônio líquido em IFRS	1.616.704	1.459.382
	2012	2011
	111.924	116.905

Lucro líquido em BRGAAP

	2012	2011
Ajustes IFRS líquido dos impostos:	111.924	116.905
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a 10.923	(2.746)
Variação cambial sobre investimento no exterior	b (1.463)	-
Lucro líquido em IFRS	121.384	114.159

a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes: Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão. **b) Variação cambial sobre investimento no exterior:** Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 "Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio", os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.



A DIRETORIA

CONTADOR: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA CRC-1SP170428/O-5



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em reunião do Comitê de Auditoria em 30 de julho de 2012, e com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e no diligenciamento e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco ABC Brasil S.A. referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011. O relatório completo datado de 30 de julho de 2012 do Comitê de Auditoria, contendo o

detalhamento do escopo dos seus trabalhos e diligências, estará disponível no site do Banco ABC Brasil S.A (www.abcbrazil.com.br) e à disposição dos interessados junto aos representantes de Relação com Investidores.

São Paulo, 30 de julho de 2012
O COMITÊ DE AUDITORIA



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas do
BANCO ABC BRASIL S.A.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e das demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A Administração do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

OPINIÃO
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC Brasil S.A., bem como a posição

São Paulo, 30 de julho de 2012
ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do
Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P015199/O-6
Eduardo Wellichen
Contador CRC-15P184050/O-6